



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2015.0000821322**

#### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0029430-18.2012.8.26.0053, da Comarca de São Paulo, em que é apelante/apelado CLEBER VIANA, é apelado/apelante O ESTADO DE SAO PAULO.

**ACORDAM**, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao apelo e deram provimento ao recurso adesivo. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores WALTER CESAR EXNER (Presidente sem voto), JAYME QUEIROZ LOPES E ARANTES THEODORO.

São Paulo, 29 de outubro de 2015.

**MILTON CARVALHO**  
**RELATOR**  
**Assinatura Eletrônica**



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

***Voto nº 13122.***

***Apelação nº 0029430-18.2012.8.26.0053.***

***Comarca: São Paulo.***

***Apelantes e reciprocamente apelados: Cleber Viana e Estado de São Paulo.***

***Juiz prolator da sentença: Evandro Carlos de Oliveira.***

ACIDENTE DE TRÂNSITO. Colisão traseira. Presunção de culpa não ilidida. Ônus que competia ao réu. Inteligência do art. 333, II, CPC. Danos materiais comprovados. Juros de mora. Incidência a partir do evento danoso. Súmula 54 do E. STJ. Apelação desprovida, acolhido o recurso adesivo.

Trata-se de pedido de indenização julgado procedente pela respeitável sentença de fls. 169/173, cujo relatório se adota, para condenar o réu ao pagamento de R\$1.794,10, corrigido monetariamente desde setembro de 2011, com juros de mora a partir da citação. Foram atribuídos ao réu os ônus da sucumbência, fixada a verba honorária em R\$1.000,00.

Inconformadas, apelam as partes.

**O réu** sustenta que a motocicleta conduzida pelo policial estava com as luzes queimadas e freou bruscamente; que ele trafegava com documento de licenciamento vencido e sem carta de motorista; que a culpa foi exclusiva da vítima; que no local da batida já ocorreram outros acidentes; e que, assim, deve ser reformado o julgado (fls. 177/186).



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**O autor recorre adesivamente** postulando a incidência dos juros de mora a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 54 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (fls. 199/201).

Houve resposta (fls. 194/198).

**É o que importa ser relatado.**

**Deve ser rejeitado o apelo e provido o recurso adesivo.**

O autor afirma que o réu trafegava no dia 1º de agosto de 2011, às 05h40, na Rodovia Imigrantes, quando colidiu com a traseira da motocicleta de Natalino Sebastião Nascimento Domiciano, policial militar, causando a sua morte e prejuízos no material bélico que portava.

Em vista disso, requer indenização por danos materiais, no importe de R\$1.794,10.

Consta do boletim de ocorrência que *segundo o próprio Cleber estava aproximadamente a 110 quilômetros por hora e o local estava com muita neblina, constatando assim que a velocidade estava incompatível, pois a faixa terceira a velocidade permitida é de 60 quilômetros por hora, assim o condutor da Van não viu a motocicleta que era conduzida pela vítima fatal vindo a colidir na traseira da motocicleta, sendo que do acidente a van passou por cima tanto a motocicleta como a vítima, mesmo assim continuou seu trajeto vindo só a parar 01 kilometro e meio do acidente devido a problema mecânico e além disto ainda pegou o farol e a placa dianteira que estava caindo e colocou no interior do automóvel, após esperou a Ecovias chegar* (fls. 20/21) (realces não originais).



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

As fotografias asseguram realmente que a colisão se deu na parte dianteira do veículo conduzido pelo réu e na parte traseira da motocicleta (fls. 29/30). O relatório de análise da Polícia Militar atribui a culpa pelo acidente ao réu, que estaria acima do limite de velocidade (fls. 31).

A circunstância de que havia neblina no local, confirmada pela prova oral (fls. 148/149), recomendava que o réu trafegasse com maior cautela, o que não foi observado. Após o acidente, ele continuou seu percurso, deixando de prestar socorros para a vítima.

As testemunhas arroladas pelo réu não presenciaram o acidente (fls. 122) e a alegação de que a motocicleta estava sem a devida sinalização ou sem os documentos regulares não logrou afastar a presunção de culpa que recai sobre o réu.

Consolidou-se na jurisprudência o entendimento de que é presumida a culpa do condutor que colide na traseira de outro veículo, porquanto o motorista tem sempre o dever de guardar distância dos demais veículos (artigo 29, II, do Código de Trânsito Brasileiro), razão pela qual, incumbe a ele o ônus da prova quanto à existência de situação excludente de sua responsabilidade, conforme dispõe o artigo 333, II, do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, no Superior Tribunal de Justiça já se decidiu que: *CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO NA TRASEIRA DO VEÍCULO. PRESUNÇÃO DE CULPA. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "culpado, em linha de princípio, é o motorista que colide por trás, invertendo-se, em razão disso, o onus probandi, cabendo a ele a prova de desoneração de sua culpa" (REsp nº 198.196, RJ, relator o eminente*



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, publicado no DJ de 12.04.1999).*  
*Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 535.627/MG, 3ª Turma,*  
**Rel. Min. Ari Pargendler, j. 27/05/2008)** (grifos não originais).

No caso, o réu não logrou comprovar que no caso a culpa do acidente foi do autor, ônus que lhe competia.

Desse modo, era mesmo de ser acolhido o pedido do autor, observada a ausência de impugnação quanto ao montante indenizatório.

Por fim, o recurso adesivo comporta acolhimento, porque se tratando de hipótese de responsabilidade extracontratual, nos termos da Súmula 54 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, os juros de mora incidem desde o evento danoso.

Por tais fundamentos, ***nega-se provimento ao apelo e dá-se provimento ao recurso adesivo.***

**MILTON PAULO DE CARVALHO FILHO**  
relator